

A economia política da crise e da mudança estrutural na Ásia¹

Carlos Aguiar de Medeiros

Introdução

A crise financeira que atingiu drasticamente em 1997 algumas economias do Leste e Sudoeste Asiático foi interpretada de muitas formas. Emerge hoje, pelo menos entre autores não monetaristas, a percepção de que esta possuiu um eixo comum: o acúmulo de capitais voláteis de curto prazo em relação às reservas disponíveis tornou os regimes cambiais vigentes insustentáveis, provocando intensa onda especulativa e fuga de capital com conseqüente colapso do câmbio e do preço dos ativos domésticos. As suas causas imediatas foram a abertura e desregulação financeira e a valorização da taxa de câmbio real. Devido ao alto endividamento de curto prazo do sistema bancário, o colapso do câmbio e dos ativos levou a pronunciada crise financeira e a um *credit crunch* responsável por intensa contração econômica em 1998 – a maior, em toda a região, desde 1930 – e à bancarrota de inúmeros bancos e empresas.² Esse movimento ocorreu na Coréia do Sul, na Tailândia, na Indonésia e nas Filipinas e, com algumas variações, na Malásia. Com a assistência do FMI, os dois primeiros países e a Malásia, sem a chancela do Fundo, retomaram nos últimos anos elevadas mas instáveis taxas de crescimento. Graças a estrito controle sobre a conta de capitais, a China, Taiwan, Cingapura e a Índia passaram ao largo da crise financeira ainda que não de suas repercussões.

As atuais circunstâncias impõem um complexo conjunto de interrogações. Assim, por exemplo, não está claro até que ponto a recuperação econômica do primeiro grupo de países e as atuais condições na região sinalizam um retorno ao regime de crescimento pré-crise; ou até que ponto as circunstâncias externas e internas alteraram-se conferindo à crise de liquidez e suas conseqüências, em termos de política econômica, dimensões estruturais mais amplas. Ao contrário da periferia latino-americana, onde os estados nacionais aderiram de forma incondicional às pressões e às reformas propugnadas pelo FMI/Banco Mundial/Tesouro americano, na periferia asiática, a presença de estados nacionais com projetos hegemônicos, como a China, e autônomos, como a Índia, torna o quadro econômico e político regional mais sutil e complexo. Desde os anos 1990, amplas transformações vêm ocorrendo na Ásia. As pressões mercantilistas americanas e as mudanças nas dimensões geopolíticas; o ataque político e

(1) Texto preparado para o Seminário “Alternativas para o Desenvolvimento Brasileiro”. Campinas: Unicamp. Instituto de Economia, 26 a 28 de setembro de 2001.

(2) Para uma discussão sobre os fatores determinantes da crise asiática, ver Medeiros & Serrano (2001).

ideológico ao estado desenvolvimentista e a desmontagem dos arranjos que o notabilizaram em países importantes como a Coréia; a prolongada recessão japonesa e a rápida expansão e transformação da economia chinesa são, sem dúvida, as mais relevantes.

Objetiva-se explorar neste artigo algumas hipóteses sobre o impacto dessas transformações na dinâmica do crescimento do Sudoeste e Leste Asiático e os desdobramentos mais recentes. Nas seções 1 e 2 examina-se a economia política da abertura financeira no Leste e Sudoeste Asiático, destacando o significado desta sobre os mecanismos de regulação que notoriamente distinguiram o estado desenvolvimentista que se afirmou entre as principais economias asiáticas. Na seção 3, identificam-se alguns mecanismos que se afirmaram no processo de recuperação de crescimento após a crise financeira de 1997. Na seção 4, por fim, objetiva-se analisar as implicações sobre o crescimento regional da afirmação da China na economia internacional. Algumas hipóteses econômicas e políticas são sugeridas.

1. A economia política da abertura financeira na Ásia

Os anos 1990 testemunharam uma mudança significativa na relação entre os Estados Unidos e os seus aliados históricos na Ásia. Com o fim da guerra fria em 1991, a tolerância americana às políticas industriais agressivas que caracterizaram o capitalismo asiático desapareceu, acirraram-se os conflitos comerciais, aumentaram as pressões para abertura comercial e financeira, renovaram-se os ataques ideológicos ao estado desenvolvimentista e às iniciativas de construção autônomas de acordos comerciais e financeiros de âmbito regional. A China, percebida como uma potência regional insatisfeita com seu *status quo*, passou a ser considerada a principal ameaça potencial no Pacífico e o estreito de Taiwan um lugar central para o embate entre a política americana e a chinesa. Subjacente a esse embate, os anos mais recentes testemunham uma escalada sem precedentes da corrida armamentista estimulada, entre outros fatores, pela suposta ameaça da Coréia do Norte.

É nesse contexto que vem se afirmando uma projeção sem precedentes dos interesses nacionais americanos através da diplomacia, cada vez menos negociada, do dólar. O veto dos Estados Unidos à proposta japonesa de construir em 1998 uma associação monetária asiática, em meio à crise financeira que afetou pesadamente os bancos japoneses, é um exemplo eloqüente dessa postura. Organismos multilaterais como o Banco Mundial e o FMI, sobretudo este último no episódio da crise de 1997, tornaram-se mais e mais instrumentos vicários dos interesses do Tesouro e Departamento de Comércio dos Estados Unidos.

O elemento central das pressões mercantilistas americanas e das transformações nas economias nacionais asiáticas vem sendo a abertura e desregulamentação financeira. Através desta, como reconheceu Jagdish Bhagwati (1998), o FMI encontrou sua missão principal, a de manter e sustentar a abertura da conta de capitais dos países em desenvolvimento atuando como banqueiro de última instância do “Complexo do Tesouro e Wall Street”. Este desabafo de um firme defensor do livre comércio não decorre de uma análise impressionista dos acontecimentos recentes, mas de uma avaliação crítica da proposta tirada no encontro anual do Fundo em 1997, em Hong Kong, de mudança do artigo constitutivo do FMI que trata da conversibilidade das moedas estendendo o seu conceito para as transações de capital e não apenas para as transações correntes (Athukorala, 2001). Na mesma linha de interpretação, Stiglitz (2000) observou que em 1993, o Tesouro dos Estados Unidos pressionou a liberalização financeira na Coreia muito além da recomendada pelo Conselho de Assesores Econômicos da Presidência.

Conforme será observado na próxima seção, a liberalização e desregulamentação financeira colide essencialmente com os principais mecanismos de coordenação que consagraram os estados desenvolvimentistas na Coreia do Sul, Taiwan, Malásia e Japão.³

A China manteve-se incólume à crise de 1997 graças ao estrito controle da conta de capitais. O mesmo ocorreu com Taiwan e um país tão diverso como a Índia. A Malásia, por exemplo, foi vítima de importante bolha especulativa formada por capitais de curto prazo; ainda assim, graças a uma política mais restrita do Banco Central, teve uma exposição muito menor aos créditos de curto prazo. Assim, a despeito de aguda crise cambial em 1997, não recorreu ao FMI e, em 1998, com a adoção de mecanismos de controle de capital, inspirados na China (Athukorala, 2001), pôde preservar maior grau de autonomia macro e microeconômica.

Além dos impactos da desregulamentação financeira sobre os padrões de desenvolvimento vigentes na região, uma questão importante a investigar é a base material subjacente às pressões mercantilistas americanas e a sua aceitação plena ou parcial por parte dos estados nacionais. Esta questão-chave nos remete a uma questão geopolítica central. Vejamos brevemente alguns aspectos.

Em recente revisão sobre sua análise do estado desenvolvimentista no Japão originalmente publicada em 1982, Chalmers Johnson (1999) admite, com muito mais ênfase do que em sua análise inicial, que o sucesso do estado desenvolvimentista japonês dependia, em grande parte, das condições extraordinariamente favoráveis criadas no pós-guerra. A guerra fria, observa Johnson, “promoveu e camuflou o enriquecimento do Japão e do resto da Ásia

(3) Esta linha de interpretação foi desenvolvida em diferentes ângulos por Tavares (1997), Medeiros (1997), Medeiros & Serrano (1999), Chang, Park & Yoo (1998).

capitalista” (Johnson, 1999: 55). Este reconhecimento perpassa hoje diversas análises sobre o excepcional desenvolvimento asiático do pós-guerra,⁴ ainda que nem sempre se encontre unanimidade sobre seus mecanismos de promoção e muito menos de camuflagem desse desenvolvimento. Com efeito, dificilmente encontrar-se-ia consenso na afirmação de que o Japão em sua trajetória do pós-guerra e nas atuais condições das relações econômicas estabelecidas com os Estados Unidos revela forte dependência e assimetria. Afinal, trata-se da segunda nação industrial do mundo. Uma economia industrial com criação autônoma de tecnologia não pode ser economicamente dependente. Mas então o que a guerra fria camuflou? A presença de bases militares americanas no território japonês e o veto político a qualquer ambição hegemônica regional são essenciais para o entendimento da geopolítica asiática, mas dificilmente constituem uma realidade a ser camuflada. A afirmação do dólar como meio de pagamento e moeda reserva na Ásia e a posição subalterna do iene surgem como uma resposta natural a essa questão. Tavares (1997) e Torres Filho (1999) desenvolveram, em diferentes ângulos, o enquadramento financeiro do Japão nos anos 1980 e a afirmação da soberania do dólar. Numa direção semelhante, em Medeiros & Serrano (1999) defendeu-se a proposição de que a partir de 1979 afirmou-se na economia mundial um padrão monetário fiduciário baseado integralmente no dólar sem moedas rivais.

Em análise recente, Bruce Cumings desenvolveu sugestiva idéia sobre as relações entre os Estados Unidos e os países asiáticos:

“... a experiência do nordeste asiático neste século não foi um reino de independência onde autonomia e igualdade reinaram, mas a de envolvimento em outra rede: a rede hegemônica. Esta rede tinha uma aranha: primeiro Inglaterra/América, depois América/Inglaterra, em seguida a guerra e a derrota, depois a América unilateral, finalmente, e até o momento, a América hegemônica. Japão, Coréia do Sul e Taiwan industrializaram-se dentro da rede. Coréia do Norte e China definiram-se fora da rede conferindo a esta grande importância e desta forma estruturam seus estados para resistir ao envolvimento na rede. Japão, Coréia do Sul e Taiwan tiveram, portanto, estados fortes para a luta pela industrialização mas fracos devido a rede a que estavam envolvidos: eles são estados semi-soberanos. Coréia do Norte e China tiveram estados fortes para industrialização e plenos para a resistência hegemônica. Mas, ao final do século, ambos estão sendo envolvidos na rede” (Cumings, 1999: 92).

Na seção seguinte, pretende-se discutir as implicações da industrialização “dentro da rede” explorando o seu significado para a economia asiática. Argumentar-se-á na parte final deste artigo a possível afirmação da China como núcleo autônomo na rede da economia asiática.

(4) Para uma discussão geral do tema, ver Fiori (1997).

2. O significado das pressões mercantilistas americanas na dinâmica do crescimento asiático

Na análise do desenvolvimento “a convite” (Medeiros & Serrano, 1999), promovida pelos Estados Unidos aos seus aliados asiáticos, argumentou-se que a principal forma de estímulo ao crescimento asiático se deu através da abertura unilateral do seu mercado e pela tolerância benigna às instituições de coordenação e planejamento e às políticas discriminatórias praticadas contra interesses privados americanos. Uma consequência importante dessa trajetória foi a elevada dependência dessas economias ao mercado americano. A guerra fria tornou essa dependência opaca e camuflada. Com o fim da guerra fria, ela cobrou o seu preço.

Consideremos brevemente essa questão. Em sua análise seminal sobre as relações entre os países centrais e países periféricos, Prebisch (1949) considerava estes últimos pela inserção na divisão internacional do trabalho através da exportação de produtos primários e dependência das flutuações econômicas emanadas do centro cíclico principal. A dependência aos fluxos financeiros e à tecnologia caracterizava a fragilidade desse tipo de inserção internacional. A ruptura desse tipo de especialização através da diversificação do setor exportador com a produção local e exportação de manufaturas afirmava-se essencial para construir condições de sustentação do desenvolvimento em bases mais autônomas. Prebisch não explorou, em sua formulação original, fortemente influenciada pela situação latino-americana no imediato pós-guerra, a dependência econômica que resulta da extrema concentração das exportações num só mercado.

Essa questão foi observada por Hirschman em 1945 (Asso, 1989). Em sua análise sobre as relações entre a Alemanha e os países do Leste Europeu, destacou o poder político exercido por aquele país devido à alta dependência das exportações destes países ao mercado alemão. Nesse sentido, observava Hirschman, construía-se uma polaridade centro-periferia.

De acordo com Asso (1998), a análise de Hirschman sobre os anos 1930 não apenas revelava a ação direta alemã no controle de sua periferia mas como as autoridades britânicas adotaram o bilateralismo como um instrumento para influenciar as políticas econômicas e diplomáticas. A prevalência do bilateralismo – isto é, o esforço de equilibrar a balança comercial com cada país – foi uma tendência nos anos 1930 caracterizada por aguda contração dos vínculos financeiros. Como observou Asso, o multilateralismo requer “um agente central que apesar de atitudes mais ou menos bilaterais possa reforçar os mecanismos de transferências através de sua própria injeção de confiança e liquidez na rede agindo como ponto de referência para relações triangulares” (Asso, 1998: 89).

Poder-se-ia considerar anacrônico recordar esses mecanismos no contexto contemporâneo asiático marcado não por escassez mas por abundância de capitais e de vínculos financeiros. Entretanto, a alta dependência das economias dinâmicas

da Ásia ao mercado americano,⁵ o esforço do Departamento de Comércio dos Estados Unidos de reduzir com cada país o seu déficit comercial, e, sobretudo a partir da crise financeira de 1997, mas em geral ao longo de todo o período do pós-guerra, a centralidade do dólar e o papel subalterno do iene na dinâmica regional sugerem que as relações de poder se projetam nas relações mercantis segundo mecanismos mais próximos ao bilateralismo a partir das conexões dos Estados Unidos com cada país isoladamente. No caso do Japão, McKinnon & Ohno (1997) vinculam explicitamente a valorização do iene em relação ao dólar, particularmente no período de 1985/1995, às pressões mercantilistas dos Estados Unidos decorrentes das tensões comerciais entre os dois países. Quando essas pressões interromperam-se em 1995, o iene desvalorizou-se.

A hipótese geral de McKinnon & Ohno é a de que, devido à centralidade do dólar, a adoção pelo Japão de uma política monetária passiva com a valorização do iene foi uma resposta às pressões mercantilistas americanas. Essa valorização passou a fazer parte de uma síndrome, a do “iene ainda mais valorizado”, responsável, em última instância, pela redução das taxas de crescimento e virtual estagnação da economia japonesa nos anos mais recentes. Tal síndrome cristalizou-se na expectativa das grandes empresas com profundos reflexos sobre as taxas de juros. Ainda que nos episódios mais agudos de valorização (1985/87, 1993/95) o Banco Central japonês tenha praticado uma política monetária expansiva, as taxas de juros próximas a zero impediram uma política de desvalorização e recuperação do crescimento. A abertura do sistema financeiro japonês – altamente regulado e subordinado aos interesses industriais e de controle da economia japonesa – em 1980 e a expansão dos superávits na balança de transações correntes criaram uma realidade peculiar ao Japão: a sua afirmação como credor internacional em dólar, ou, por outra, a de uma economia industrial e mercantil cuja moeda é escassamente usada nas transações correntes ou na de capitais. As implicações da abertura financeira sobre a economia japonesa e a economia asiática são bastante conhecidas. Convém recordar que entre as mudanças estruturais decorrentes desse processo está o declínio da participação das exportações japonesas nas importações americanas. Essa parcela passou de cerca de 20% em 1989 para 12% em 2000! (Tabela 1 do Anexo). A despeito de

(5) Mesmo em relação ao Japão, convém observar que a “extensão desta dependência pode ser apreciada por uma simples questão: qual é o segundo mercado de exportação do Japão? Todos que acompanham os eventos econômicos contemporâneos sabem que os Estados Unidos são o maior mercado de exportação do Japão; geralmente os Estados Unidos tomam 30-35% das exportações japonesas desde o pós-guerra. Em contraste, o segundo mercado do Japão, mais freqüentemente a Coréia do Sul mas às vezes a Alemanha, raramente absorve mais do que 5% das exportações japonesas. Em resumo, o mercado americano tem sido cinco e meia ou seis vezes maior do que o segundo mercado de exportações. Adicionalmente, o Japão foi vitalmente dependente dos Estados Unidos no suprimento de alimentos e petróleo. Assim, o Japão obteve o status de superestrela econômica mundial principalmente em termos do seu PIB, estoque de capital e renda per capita; mas foi um poder econômico muito menor em termos de um diversificado mercado de vendas” (Pempel, 1999: 177).

permanecer estruturalmente elevado, o superávit comercial japonês é hoje inferior ao que a China possui com os Estados Unidos.

Em Medeiros (1997), argumentou-se que o dinamismo da rede de comércio e de investimentos desenvolvida nos últimos 20 anos na Ásia só se tornou possível pela posição americana de “consumidor de última instância” permitindo às economias de menor grau de desenvolvimento (os países da Associação das Nações do Sudeste Asiático – ASEAN-4) equilibrarem seu comércio com o Japão. Nesse sentido, o ator central do desenvolvimentismo asiático não foi o Japão e sim os Estados Unidos, que conferiram um significado muito particular e politicamente condicionado a essa função.

A expressão “déficit de atenção” foi originalmente utilizada por Hirschman para descrever o fato de que em relações onde a desproporção entre os tamanhos do mercado de exportações é muito grande, a economia dominante pode se descuidar das políticas praticadas pela economia comercialmente mais débil. Esta, ao contrário, deve considerar atentamente a política comercial praticada por aquela. Combinando essa idéia com o “desenvolvimento a convite” (Medeiros & Serrano, 1999), poder-se-ia dizer que, com o fim da guerra fria e com o excepcional crescimento da economia asiática (em conjunto e isoladamente os principais países do Sudeste e Sudoeste Asiático), o déficit de atenção foi virtualmente eliminado⁶ e as pressões dos Estados Unidos visando à abertura de cada economia assumiram novas dimensões. Ao lado desse aspecto, importante para cada economia isoladamente, deve-se considerar o problema coletivo da economia asiática. Com o mercado americano crescentemente disputado por economias competitivas, o final dos anos 1990 começou por testemunhar o início de um processo de saturação, para muitas indústrias asiáticas, de seus mercados externos. Se para cada país em particular o declínio do crescimento das exportações decorreu da maior ou menor valorização das suas taxas de câmbio, para o conjunto, algumas transformações na direção do comércio foram fundamentais. Com efeito, ao longo dos anos 1990, o declínio do mercado americano para os quatro tigres se deu em parte pela expansão dos países do Sudoeste da Ásia e sobretudo da China, cuja abertura estratégica permitiu absorver e expandir enormemente sua capacidade exportadora acirrando a concorrência com os países da ASEAN-4 no mercado americano (Medeiros, 1999).

Mas esse não foi o único movimento. O acirramento da concorrência regional se fez sentir mais agudo pelo meteórico crescimento das exportações mexicanas desviando parcela das exportações asiáticas para o mercado americano.

Com efeito, segundo dados do Ministério do Comércio dos Estados Unidos tabulados por Krueger (1999), a redução da participação dos quatro tigres asiáticos nas importações globais americanas teve como contrapartida o aumento da participação do México (ver Tabela 1 do Anexo). Assim, entre 1992 e 1998 os tigres asiáticos tiveram sua participação nas importações americanas de

(6) Para interpretações eloqüentes sobre este aspecto, ver Johnson (1999) e Pempel (1999).

equipamentos eletrônicos de som reduzida pela metade, enquanto, simetricamente, os mexicanos – i.e., a indústria maquiladora mexicana na fronteira dos Estados Unidos – viram sua cota dobrar; este movimento também foi notável em vestuário, produtos têxteis, máquinas industriais e, ainda que em menor proporção, em computadores.

O *boom* das importações americanas de produtos da indústria de tecnologia da informação ocorrido em 1999 e 2000 mascarou essa situação, como será argumentado na próxima seção, que retornou, com especial intensidade, em 2001.

Os problemas decorrentes da abertura financeira e do excesso de concorrência se entrelaçam e se realimentam. Com efeito, a desregulação financeira praticada no Japão desde os anos 1980 e na Coréia e países da ASEAN nos anos 1990 representou na Ásia uma mudança essencial em relação ao padrão de crescimento e aos mecanismos de coordenação que notabilizaram essas economias. Era através do controle estatal dos fluxos de capitais e do crédito que se exercia em economias como a do Japão e a da Coréia uma bem-sucedida política industrial e de diversificação de exportações na conquista do mercado americano. Do ponto de vista macroeconômico, o estrito controle dos fluxos de capitais era importante para dois aspectos do desenvolvimento asiático: a manutenção, através de regimes cambiais flexíveis, de uma taxa de câmbio real favorável às exportações e o isolamento da taxa de juros doméstica dos movimentos do sistema monetário internacional. Com a desregulação financeira, esses mecanismos deixaram de funcionar. A Coréia é um exemplo eloqüente desse entrelaçamento: como resultado da abertura financeira e da redução da intervenção seletiva do estado, a taxa de câmbio valorizou-se e os mecanismos de coordenação dos investimentos perderam eficácia. Exemplo oposto pode ser encontrado na China e em Taiwan. Tal como a da China, a moeda de Taiwan não se valorizou e os mecanismos de controle sobre os fluxos de capitais historicamente instituídos permaneceram em vigor.

As transformações em curso na última década sugerem algumas questões. A elevada dependência da economia japonesa e do Leste Asiático ao mercado americano foi a base para o acirramento comercial e pressão dos Estados Unidos para abertura comercial e financeira dessas economias. Tendo em vista os mecanismos institucionais vigentes em economias como o Japão e a Coréia, a abertura financeira e a valorização das taxas de câmbio foram o principal mecanismo de pressão. A expansão dos países da ASEAN-4 foi em parte induzida por esse movimento. Também neles a abertura financeira resultou em valorização cambial e desaceleração das exportações.⁷

(7) Apesar da abertura comercial praticada no início dos anos 1990, a Índia conferiu parcial conversibilidade à rupia para as operações de transações correntes, mantendo nenhuma conversibilidade para as operações de capital. Muito menos dependente do mercado externo e dos investimentos externos, o controle sobre os fluxos de capitais permitiu manter o câmbio real desvalorizado, viabilizando uma política monetária e fiscal expansionista, a base do crescimento indiano dos anos 1990.

A dimensão estrutural da crise asiática de 1997 está no fato de que o aumento dos passivos externos impõe aos países com maior estoque de capital externo, como notoriamente os da ASEAN-4, uma maior taxa de crescimento das exportações; de outro lado, a emergência da China e do México vem acirrando a concorrência na conquista dos mercados nos países industrializados, em particular nos Estados Unidos. De forma geral, a abertura financeira tornou as economias asiáticas mais dependentes do mercado americano, mas este se torna cada vez mais disputado. Por essas duas vias começou por afirmar-se na Ásia um problema de “falácia de composição”, tornando contraditória a possibilidade de um crescimento simultâneo das exportações asiáticas (Blecker, 2001). Esses fatos foram temporariamente suspensos com a extraordinária expansão das importações americanas de produtos eletrônicos em 1999 e 2000. Os países asiáticos saíram rapidamente da crise puxados por suas exportações; no entanto, esses limites adquiriram maior visibilidade no momento atual com o agudo declínio das importações americanas de produtos eletrônicos (especialmente semicondutores), como será analisado a seguir.

4. Da crise financeira à instável recuperação do crescimento

A crise financeira que se abateu sobre Coréia, Tailândia, Malásia, Indonésia e Filipinas levou, em 1998, a uma intensa recessão nesses países e acentuada desaceleração na taxa de crescimento dos demais países asiáticos.

A Coréia e a Tailândia, sob o monitoramento do FMI, e a Malásia, sem a tutela do Fundo, retomaram, já em 1999, elevada expansão do PIB. Os demais países afetados pela crise iniciaram um processo de recuperação que prosseguiu no ano 2000 ainda que a taxas mais modestas (Tabela 4).

O sentido geral das recentes transformações em economias como a Coréia, a Tailândia, Filipinas e Cingapura foi, como se observou, o de aprofundamento dos processos de abertura comercial e financeira, abrindo ao capital estrangeiro serviços de telecomunicação, seguros, comércio varejista. Parcial exceção ocorreu na Malásia, que se notabilizou pela introdução de mecanismos de controle aos fluxos de capital. Também na Tailândia alguns mecanismos de controle foram reintroduzidos (Athukorala, 2001) ainda que numa dimensão muito mais tênue do que o sistema estabelecido naquele país ou os vigentes na China, Taiwan e Índia.

Ao contrário das apostas convencionais, não foi a retomada dos fluxos de capitais a base do crescimento. Tendo em vista a aguda recessão e a pronunciada desvalorização, formaram-se elevados superávits na balança de transações correntes e, no caso dos países endividados, o aporte do Fundo reduziu de forma pronunciada a vulnerabilidade de curto prazo. Fato notável nas economias

asiáticas foi o elevado declínio das importações decorrente da recessão e colapso cambial de 1998 e conseqüente geração de elevado superávit comercial e na balança de transações correntes. Com a redução da relação entre os fluxos de curto prazo e as reservas e com a formação de superávits na balança de transações correntes, as condições de liquidez e de solvência externa passaram por acentuada recuperação. Vale notar, em contraste com o passado recente, que o coeficiente de importações aumentou significativamente na maioria das economias, fazendo recair sobre o volume de importações o sentido maior do ajuste da balança comercial.

Os fluxos financeiros e particularmente de IDE não retornaram aos níveis pré-crise. Com efeito, depois de uma redução de 8,4% em 1998, o ano de 1999 presenciou uma nova redução de 4,1% (JETRO, 2001a). Apenas a Coreia, Taiwan e Cingapura tiveram expansão dos fluxos de investimento direto nesses anos.

É importante sublinhar que em economias como a Coreia, a razão dívida/ações dos grandes *chaebols* reduziu-se fortemente a partir da crise. Com o aporte dos recursos do FMI e estatização de parte do sistema financeiro, os títulos valorizaram-se e as dívidas foram reduzidas graças, inclusive, à valorização do dólar em relação ao iene, moeda de denominação de muitos contratos de dívida tanto na Coreia quanto nas economias da ASEAN-4.

Tendo em vista as políticas restritivas de controle fiscal impostas pelo FMI, a base essencial dessa rápida (ainda que frágil) recuperação baseou-se, exclusivamente, no elevado crescimento das exportações decorrente das grandes desvalorizações reais. Novamente a Malásia tem sido uma exceção na medida em que, sem as pressões do Fundo, pôde praticar uma política fiscal expansionista. Ainda assim, devido ao elevado peso das exportações no seu produto interno, é o crescimento das exportações o principal componente dinâmico de sua economia.

Em 2000, a taxa de crescimento das exportações asiáticas foi ainda mais elevada. Entretanto, em parte por razões já apresentadas, as possibilidades de reproduzir uma dinâmica expansiva (“gansos voadores”) tal como a que se deu na região entre 1985/95 são bastante remotas.

Vejamos com mais detalhes o recente *boom* exportador asiático. Sua base essencial foi o acentuado crescimento das importações americanas de 12% em 1999 e 19% em 2000. Esse crescimento permitiu conciliar o declínio relativo de economias como a Coreia e Taiwan (e a ascensão do México) nas importações americanas com uma rápida recuperação no volume das suas exportações globais. O elevado crescimento das importações americanas foi resultado da extraordinária expansão das empresas de alta tecnologia da Califórnia e concentrou-se na indústria de tecnologia de informação, TI (computadores e periféricos, equipamentos de escritório, equipamentos de telecomunicação, semicondutores e outras partes eletrônicas, equipamentos de som e vídeo, dispositivos de testes),

que corresponde ao núcleo central das exportações asiáticas. Considerando a economia mundial, segundo dados da JETRO, as importações totais cresceram 4,5%, mas as importações de TI cresceram 10,4%, em sua maioria concentradas nos Estados Unidos, e foram em grande parte supridas pela economia asiática. Telefones celulares, computadores e periféricos foram os segmentos líderes.

É notável, entretanto, observar que em meio ao *boom* das exportações de TI os últimos anos presenciaram uma pronunciada queda dos preços da maioria dos produtos, em particular dos computadores pessoais. Segundo dados do Ministério do Trabalho dos Estados Unidos (JETRO, 2001b), se em 1993 o preço de um PC e um dispositivo de memória (chip) era igual a 100, em 2000 o valor era equivalente a 15 e 38 respectivamente! (Ver Tabela 5). A queda dos preços internacionais e a desvalorização das taxas de câmbio dos países fornecedores (países asiáticos afetados pela crise de 1997) introduzem no comércio de vários segmentos de TI alguns problemas clássicos associados a países grandes fornecedores de *commodities*.

A diferença é que possivelmente com exceção da China, essa questão não diz respeito a um país isoladamente, mas ao conjunto dos países asiáticos. Nesse sentido, o acirramento da concorrência vem se manifestando de forma muito mais intensa do que no passado recente considerado brevemente na seção anterior.

É importante ressaltar um outro aspecto. No padrão de crescimento desenvolvido anteriormente na Ásia, em particular nos países da ASEAN-4, o elevado ritmo de exportações industriais estava intimamente conectado com os fluxos de IDE oriundos em grande parte do Japão. Esses fluxos eram importantes tendo em vista o forte superávit comercial que o Japão possuía com a região. Duas mudanças significativas ocorreram. Com o prolongamento da recessão japonesa, esses fluxos reduziram-se significativamente. Entre 1995 e 2000, o Japão reduziu pela metade a sua posição nos fluxos de investimento internacional (JETRO, 2001a) com forte impacto sobre as economias asiáticas. A recente explosão das exportações asiáticas não foi acompanhada por uma recuperação nos fluxos de investimento direto que se reduziram no conjunto. Numa direção distinta da observada historicamente na região, os fluxos de entrada de IDE só aumentaram substancialmente na Coreia atraídos pela abertura do setor financeiro e de telecomunicações e pela reestruturação dos *chaebols*.⁸ Também em Taiwan houve um volume significativo de entrada (JETRO, 2001a).

Observou-se anteriormente que desde a desvalorização do iene em 1995 houve importante queda dos fluxos de saída de investimento japonês para o exterior. A contração dos investimentos japoneses entre os países da ASEAN-4 foi particularmente notável. Segundo dados da JETRO em 1997, ano da crise, os

(8) Segundo relatório do FMI de 2001, o governo coreano decidiu reprivatizar as instituições financeiras nacionalizadas, em particular o Banco de Seul.

fluxos japoneses para os países da ASEAN-4 totalizaram US\$ 5,7 bilhões; em 1999, US\$ 2,8 bilhões. Houve também queda expressiva dos investimentos na China. Em 1999, os japoneses investiram mais na América Latina do que nos países asiáticos seguindo, possivelmente, o deslocamento de comércio a favor do México. Esta é uma situação inédita em relação ao volume dos fluxos e a sua direção.

Outra mudança estrutural importante é a troca de sinal no comércio do Japão com os países da ASEAN-4. Tendo em vista a aguda recessão de 1998, esses países tiveram um superávit com o Japão – situação singular tendo em vista a história recente – que se manteve em 1999 em meio à recuperação asiática. A existência de taxas de câmbio desvalorizadas em relação ao iene foi importante para esse resultado. Nesse sentido, as mudanças recentes alteraram significativamente as condições pretéritas: o Japão reduziu a sua presença como investidor entre os países do Sudoeste da Ásia e afirmou-se como mercado para suas exportações. Entretanto, um mercado que cresce pouco tendo em vista o baixo dinamismo de sua economia. A prolongada recessão japonesa constitui, efetivamente, um formidável obstáculo à expansão da economia regional asiática.

O mercado dos Estados Unidos, ainda que permaneça como o principal impulso para o crescimento global das exportações asiáticas, tem sido atendido, como já observado, crescentemente pela China e pelo México. Findo o extraordinário *boom* das importações americanas já em 2001, as economias asiáticas viram desacelerarem-se rapidamente suas taxas de crescimento, ampliando a concorrência e sinalizando os limites desse tipo de crescimento.

Esse processo se magnifica, entretanto, de forma assimétrica. Com efeito, na maioria das economias predomina hoje um regime cambial flexível centrado numa cesta de moedas (com forte gravitação em torno do dólar) com intervenções do governo visando a estabilizar as flutuações num determinado patamar. A utilização do câmbio como fator de estabilização monetária nas economias comprometidas com a abertura financeira aprisiona a política monetária e fiscal limitando o seu comprometimento com o crescimento econômico. Se o crescimento das exportações era para muitas economias uma vocação histórica e estrutural, torna-se agora uma via obrigatória para o crescimento econômico. Nas economias mais fechadas em relação aos fluxos de capitais, como notoriamente a China, Malásia e Índia, há maiores graus para políticas expansivas tanto as concernentes ao mercado interno quanto as voltadas para a conquista de maiores fatias do mercado internacional..

É nesse sentido que, particularmente, ganha relevância a economia chinesa. Convém assim observar na dinâmica mais recente a sua expansão e seus impactos sobre a Coreia, Taiwan e Japão.

5. A China como novo pólo

Conforme argumentado nas seções anteriores deste texto, para a periferia asiática, ao contrário da latino-americana, os mercados externos são os componentes principais da demanda agregada, e a sua evolução constitui um fator determinante para o crescimento dos componentes domésticos da renda. Ao longo do período de alto crescimento, os Estados Unidos constituíram-se como principal mercado e, na medida em que o comércio regional desenvolveu-se intensamente, os Estados Unidos afirmaram-se como consumidor de última instância, compensando com o seu déficit comercial com a maioria das economias o elevado déficit que estas possuíam com o Japão. A elevada dependência dessas economias ao mercado americano e ao dólar conferiu às pressões mercantilistas americanas, em termos bilaterais, extraordinário poder. Nos anos mais recentes, a possibilidade de crescer a partir do mercado americano tornou-se cada vez mais difícil para o conjunto das economias asiáticas. É nesse sentido que a China, com seu centro de gravidade nos componentes internos da renda, pode afirmar-se, tendo em vista os aspectos examinados na última seção, na economia regional.

Vejamos alguns aspectos econômicos e políticos.

Como se observou, com a contração do mercado dos Estados Unidos para as exportações asiáticas e com o excesso de capacidade nas indústrias de TI impôs-se na Ásia uma “era de ilimitada concorrência”. Nesta, a China vem assumindo indiscutível liderança. De 1,8% das exportações mundiais em 1990, a China atingiu 4% em 2000. Não apenas em produtos têxteis, vestuário e brinquedos, mas também as exportações em produtos eletrônicos e computadores notabilizam a China no mercado internacional.

Mas o que distingue a China no contexto atual é que, ao contrário do Japão que se recusa a crescer e dos demais que dependem excessivamente dos mercados externos, sua política macroeconômica é claramente expansiva e é muito mais condicionada pelos componentes internos da demanda agregada. Assim, é importante considerar dois aspectos que afetam contraditoriamente a economia asiática: de um lado, a China é um grande competidor, deslocando exportações e investimentos; de outro, é um grande e dinâmico mercado em processo de expansão. Consideremos brevemente essas duas dimensões.

Tendo em vista a diversificação das exportações chinesas na Ásia e a alta participação do Japão, o seu principal mercado externo, a contração das importações asiáticas nos últimos anos levou a pronunciada redução da taxa de crescimento das exportações chinesas em relação ao seu passado recente, ainda que estas tenham se beneficiado do *boom* recente das importações americanas. Esta redução, entretanto, não modifica a notável afirmação exportadora da China. Segundo recente relatório da JETRO (2001a), a razão principal para o aumento da participação chinesa no mercado mundial foi a decisão das grandes firmas

multinacionais japonesas, européias e americanas de consolidarem, na China, a base manufatureira de bens eletrônicos de consumo. A operação de grandes supermercados mundiais na compra de produtos baratos e a expansão das empresas e marcas chinesas na Ásia e nos Estados Unidos constituem outros fatores que explicam a extraordinária trajetória exportadora da China.

Observou-se anteriormente o efeito de deslocamento que as exportações chinesas provocaram nas economias da ASEAN-4 e Coréia. Esse efeito, ao lado da forte atração que a China exerce sobre os investimentos diretos na Ásia, tem provocado crescente preocupação nas demais economias. O ingresso da China na OMC tem catalisado essa atenção sobretudo na Coréia e Taiwan.

A afirmação da China como uma potência no comércio mundial possui complexas implicações sobre as demais economias asiáticas. Com efeito, como já se observou, a modernização e o crescimento da China dependem crucialmente não apenas de importação de bens de capital, mas de importação de bens industriais básicos e intensivos em recursos naturais. A China desenvolveu com o Japão e a Coréia um padrão de comércio de grande complementaridade vertical mas em contínua e, nos anos mais recentes, acelerada mudança. A China constitui o terceiro maior mercado para a Coréia, depois dos Estados Unidos (em declínio para as exportações coreanas) e do Japão (estagnado). A China é também o terceiro mercado para o Japão (ver Quadro 1 do Anexo). Com a China, a Coréia possui superávit e um elevado déficit com o Japão. Tendo em vista a desvalorização do iene e o aumento dos coeficientes de importação na Coréia, o mercado chinês assume hoje importância ainda maior para esse país.

Como em média as tarifas e demais barreiras não tarifárias praticadas na China são mais elevadas do que as dos seus parceiros comerciais, a expectativa é de que com o ingresso da China na OMC, o efeito comercial maior deva recair sobre as importações e não sobre as exportações. Japão e Coréia, bem como os países da ASEAN, seriam, nesse caso, diretamente beneficiados. Com efeito, a China é hoje um gigantesco mercado para produtos da TI, particularmente computadores. Entretanto, tendo em vista a forte atração exercida pela China sobre os investimentos regionais e a rapidez com que evolui para diferentes mercados, é possível, segundo diversas avaliações, que o efeito final possa ser negativo sobre a Coréia e, sobretudo, para Taiwan. Com efeito, em segmentos onde há crescente disputa entre China e Coréia, como calçados e vestuário ou em semicondutores, a expansão chinesa deverá deslocar a coreana. Em outros, como produtos eletrônicos e de telecomunicação, a capacitação chinesa vem impondo significativos desafios às empresas coreanas (Cooper, 2000). A velocidade da substituição de importações em produtos siderúrgicos e produtos petroquímicos na China poderá, por seu turno, reduzir a dependência chinesa nesses itens essenciais da pauta exportadora coreana.

Conforme anota Cooper (2000), a composição do comércio entre a China e o Japão mudou dramaticamente, mas o fato central é que hoje o mercado chinês é o que mais cresce para as exportações japonesas de máquinas e equipamentos eletrônicos. Possivelmente o impacto maior do ingresso da China na OMC deverá ser uma expansão ainda maior dos investimentos japoneses no país. Deve-se observar que a despeito de sua contração em dólares correntes e de seu reduzido valor em termos absolutos, os investimentos japoneses na China possuem uma singularidade que os distingue do contexto geral. São altamente concentrados em projetos de infra-estrutura e no setor industrial predominam os investimentos em máquinas elétricas. É a partir desses investimentos que o Japão, através do *Overseas Economic Cooperation Fund* (OECF), afirmou-se como o maior prestador de longo prazo na China. Considerando a alta prioridade que o governo chinês confere a esses investimentos, as conexões entre a China e o Japão assumem decisiva importância para ambas as economias.

É necessário observar, por fim, as relações com Taiwan. Taiwan vem praticando nos últimos anos um conjunto de iniciativas unilaterais de abertura comercial e tarifária e compras governamentais visando a apoiar o seu pleito de ingresso na OMC como Território Separado de Taiwan, Penghu, Kinnen e Matsu na categoria de país desenvolvido (e não em desenvolvimento). Esta iniciativa, bem como a de participar da APEC, corresponde à sua estratégia de conquista de reconhecimento político internacional, mas corresponde, também, à crescente preocupação com o iminente ingresso da China na OMC. [Com efeito, depois dos Estados Unidos, como já notado, a China é o principal mercado de vendas de Taiwan e o principal atrator dos investimentos chineses da ilha] e, principalmente, é com a China que Taiwan equilibra hoje o seu comércio altamente deficitário com o Japão. Com efeito, o declínio recente das importações americanas de semicondutores afetou drasticamente as exportações (e o produto interno) de Taiwan, o que vem conferindo eloquência ao temor de Taipei. Tendo em vista a firme disposição da China na preparação das condições para a unificação do território de Taiwan, o seu ingresso na OMC e o prosseguimento de sua expansão inevitavelmente convergirão para uma unificação em futuro próximo. Nesse contexto, a possibilidade de negociar diretamente com a China (o que depende da estratégia chinesa) e beneficiar-se da expansão do seu mercado interno é essencial para a indústria de computadores da ilha.

Nesse sentido, as transformações em curso colocam a China numa posição de destaque. A principal preocupação das demais economias asiáticas, mas principalmente da Coreia do Sul, é quanto a uma eventual desvalorização do iuane, tendo em vista a desaceleração recente das exportações chinesas. Essa é também uma preocupação do Japão e das demais economias articuladas. Há, entretanto, uma questão que possivelmente ganha maior reconhecimento na China. Com efeito, como este país se torna um grande produtor mundial de TI e como há

um pronunciado declínio no preço desses produtos, uma eventual desvalorização do iuane poderá significar não apenas uma corrida por desvalorizações competitivas mas, no caso de uma expansão ainda maior das exportações chinesas, uma prejudicial deterioração dos termos de troca do comércio exterior chinês.

O excesso de concorrência, a contração do mercado americano para a economia asiática, a instabilidade cambial criam a necessidade de mecanismos regionais de cooperação e articulação de interesses. A desaceleração das exportações e do crescimento na China e a elevada dependência do crescimento chinês às importações de bens de capital e bens básicos tornam o desenvolvimento da economia do Leste e do Sudeste da Ásia vital para os seus interesses econômicos. Como argumenta Taylor (1996), o governo chinês considera que o seu destino econômico está intimamente vinculado com o Leste e o Sudeste da Ásia. A China necessita da economia asiática e esta da China; a base para uma maior cooperação é, entretanto, um delicado processo político. Os Estados Unidos, como se observou, construíram historicamente a rede da economia asiática; a China afirmou-se nesta como um estado independente, mas ainda não suficientemente forte para tecer, em torno de si, essa rede. Esse processo encontra-se em pleno movimento, como será observado nas páginas finais deste artigo.

O interesse da China em ingressar na OMC possui dois vetores bastante visíveis. Reduzir a pressão dos Estados Unidos nas relações bilaterais e isolar Taiwan. Há, entretanto, uma outra razão. Em análise sobre o ingresso da China na OMC, Cooper (2000) destaca o temor de alguns analistas de que se o objetivo da China é aumentar a voz e o poder de barganha dos países em desenvolvimento na OMC, o seu resultado deverá pôr fim ao multilateralismo e debilitar a expansão do regionalismo e os arranjos regionais de livre comércio. Na verdade, como analisado anteriormente, a política de fato vigente foi bilateral, entre os Estados Unidos e as principais nações protagonistas, com as organizações multilaterais, em particular o FMI, agindo como vicário dos interesses daquele país. O interesse chinês em órgãos como a OMC e no regionalismo visa a diminuir ou contrapor-se ao bilateralismo onde se exerce, no plano econômico, o que os chineses denominam, no plano político, de hegemonia.

A tentativa recente de criar um bloco comercial no Leste Asiático formado pelos países da ASEAN mais o Japão, a Coréia e a China, dando maior formalidade aos encontros da denominada ASEAN+3 é parte, ainda que difusa, desse movimento. Este pretende recuperar alguma iniciativa entre as economias duramente afetadas pela crise financeira de 1997 e reflete a insatisfação com as políticas defendidas pelo FMI e as pressões mercantilistas americanas. A rigor, desde 1980, existia a proposta de se criar um bloco econômico no Leste Asiático. O temor à reação americana, entretanto, impediu que o Japão assumisse a liderança. A proposta inicial da APEC, em 1989, não incluía os Estados Unidos

entre seus membros. Entretanto, por pressão desse país, os Estados Unidos participaram já da primeira reunião do fórum, diluindo o seu foco asiático.

Até o presente momento, os avanços obtidos na ASEAN+3 são pequenos em função da crescente concorrência por mercados, visível na política de redução tarifária estipulada na Área de Livre Comércio (AFTA) na ASEAN e nos conflitos de interesses entre os principais países. Ainda assim, é possível destacar a decisão de implementar uma Cooperação Monetária Asiática através da coordenação e troca de informações entre os bancos centrais dos países envolvidos visando a criar mecanismos de monitoramento sobre as moedas e sistemas de *currency swaps*.

É nesse contexto que se destaca a iniciativa chinesa. A perspectiva é que no âmbito da ASEAN+3 possam se afirmar maiores mecanismos de coordenação favoráveis a uma expansão conjunta. Esta questão vem sendo particularmente definida no âmbito da APEC. Nestes fóruns anuais, a proposta central defendida pela China é a de subordinar a liberalização comercial e de investimento ao princípio da não-discriminação, do pragmatismo e do reconhecimento do diferenciado estágio de desenvolvimento de cada país. Busca, por outro lado, conferir à cooperação técnica a mesma ênfase atribuída à liberalização comercial e de investimento. Esta proposição, conhecida como “Abordagem APEC” confere prioridade à montagem de redes científicas e tecnológicas como forma mais adequada de gerar complementaridade entre os interesses econômicos nacionais.

Além de propugnar por uma abordagem integralmente distinta da defendida pelos Estados Unidos/FMI/Banco Mundial – abertura unilateral, independentemente do estágio de desenvolvimento e omissão a qualquer política científica e tecnológica –, capitalizando o crescente criticismo a esta política, o que está no horizonte da estratégia chinesa, explícito no 10º Plano Quinquenal, aprovado em 2001, é a prioridade em acelerar o desenvolvimento da indústria de TI a partir de crescente cooperação regional (Tie-ying, 2001). A percepção é de que a competitividade do país dependerá crescentemente do acesso e da produção de TI e da modernização da infra-estrutura. A despeito de números absolutos de usuários de computadores e Internet serem elevados e em expansão, os números relativos são diminutos sinalizando que a China possui um imenso mercado potencial a explorar. De certa forma, esta é também uma realidade para o Japão e a Coreia, onde a difusão destas tecnologias encontra-se em estágio bastante inferior ao dos países avançados do Ocidente. Por outro lado, tendo em vista o seu programa de modernização tecnológica, o crescimento chinês dependerá em grande parte da expansão dos investimentos em infra-estrutura, tanto aquela adequada a esta base técnica quanto à modernização geral do país, em particular a infra-estrutura de transportes, comunicações e energia (Taylor, 1996). Como se observou anteriormente, a presença dos investimentos e da transferência de tecnologia do Japão é considerada fundamental pelos chineses. Nesse sentido, a

articulação dos interesses econômicos regionais passa por políticas tecnológicas e de investimento numa direção próxima à proposta na “Abordagem da APEC”. Vão ao encontro desta perspectiva a recente proposta submetida no último encontro da ASEAN+3 de construir uma estrada de ferro unindo Cingapura ao sul da China e de construir vias de Internet de alta velocidade vinculando Kuala Lumpur, Cingapura, Bangcoc, Tóquio, Seul e Xangai.

Na medida em que os acontecimentos converjam na absorção pacífica de Taiwan, a unificação chinesa fatalmente desequilibrará a rede da economia asiática conferindo ao estado chinês uma forte proeminência na economia regional. Entretanto, e por isto mesmo, a China vem sendo percebida pelos Estados Unidos como uma potência insatisfeita com seus limites e o estreito de Taiwan como o lugar central da guerra comercial e geopolítica.

Carlos Aguiar de Medeiros é professor do
Instituto de Economia da UFRJ.

Referências bibliográficas

- ASSO, P. F. Bilateralism, trade agreements and political economists in the 1930s: theories and events underlying Hirschman's index. *Political Economy*, v. 4, n. 1, 1988.
- ATHUKORALA, P. C. *Crisis and recovery in Malaysia: the role of capital controls*. Great Britain: Edward Elgar, Cheltenham, 2001.
- BHAGWATI, J. The capital myth: the difference between trade in widgets and dollars. *Foreign Affairs*, v. 77, n. 3, 1998.
- BLECKER, R. A. The balance-of-payments-constrained growth model and the limits to export-led growth. In: DAVIDSON, Paul (ed.). *A post Keynesian perspective on twenty-first century economic problems*. Northampton, North Holand: Edward Elgar, 2001.
- CEPII. Exchange rate regimes and policies in Asia. *Documents de Travail*, Paris, n. 96-97, 2000.
- CHANG, H. J., PARK, H. J., YOO, C. G. Interpreting the Korean crisis, financial liberalisation, industrial policy, and corporate governance. *Cambridge Journal of Economics*, v. 22, n. 6, 1998.
- COOPER, C. China and the WTO: implications for South Korea and Japan. 2000. Available from World Wide Web: <www.ndu.edu/inss/symposia/pacific2000.agenda.html>.
- CUMINGS, B. Webs with no spiders, spiders with no webs: the genealogy of the developmental state. In: WOO-CUMINGS, Meredith. *The developmental state*. Ithaca: Cornell University Press, 1999.
- FINDLAY, C., WATSON, A. *Economic growth and trade dependency in China*. Cambridge, Mass.: NBER, 1996. (NBER Working Papers).

- FIORI, J. L. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, M. C., FIORI, J. *Poder e Dinheiro*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- JETRO. *White Paper on Foreign Direct Investment*. 2001a.
- JETRO. *White Paper on International Trade*. 2001b.
- JOHNSON, C. The developmental state: odyssey of a concept. In: WOO-CUMINGS, Meredith. *The developmental state*. Ithaca: Cornell University Press, 1999.
- KRUEGER, A. O. *Trade creation and trade diversion under NAFTA*. Cambridge, Mass.: NBER, 1999. (NBER Working Paper Serie, 7429).
- MCKINNON, R. I., OHNO, K. *Dolar and Yen, resolving economic conflict between the United States and Japan*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1997.
- MEDEIROS, C. A. Globalização e inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina. . In: TAVARES, M. C., FIORI, J. *Poder e dinheiro*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- _____. Raízes estruturais da crise financeira asiática e o enquadramento da Coreia. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 11, 1998.
- _____. China: entre os séculos XX e XXI. In: FIORI, J. L. *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____, SERRANO, F. Padrões monetários internacionais e crescimento. In: FIORI, J. L. (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____, _____. *Inserção externa, exportações e crescimento no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ. IE, set. 2001. (Apresentado no Seminário Internacional, Desenvolvimento no Novo Século, em homenagem ao centenário de Raul Prebisch).
- PEMPEL, T. J. The developmental regime in a changing world economy. In: WOO-CUMINGS, M. *The developmental state*. Ithaca: Cornell University Press, 1999.
- PREBISCH, R. (1949). O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Cinqüenta anos de pensamento na Cepal*. [s.l.]: Editora Record, 2000.
- RAMASWAMY, R., RENDU, C. Japan's stagnant nineties: a vector autoregression retrospective. *FMI Staff Papers*, v. 47, n. 2, 2000.
- RICE, C. Promovendo os interesses nacionais. *Política Externa*, v. 10, n. 1, jun./ago., 2001.
- TAVARES, M. C. A retomada da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, M. C., FIORI, J. *Poder e dinheiro*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- TAYLOR, R. *Greater China and Japan*. London: Routledge, 1996.
- TIE-YING, L. *Economy in East Asia and China in the era of globalization*. 2001. Available from World Wide Web: <www.iwep.org.cn/wec/english/articles/2001-04/Li%Tie-ying.htm>.

TORRES FILHO, E. Japão: da industrialização tardia à globalização financeira. In: FIORI, J. L. F. (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

Resumo

Buscou-se neste artigo analisar as transformações nas economias do Leste e Sudoeste Asiático a partir da liberalização financeira praticada nos anos 1990. Observou-se que as pressões mercantilistas dos Estados Unidos, a emergência da China e a contenção do crescimento do Japão acirraram a concorrência entre os países asiáticos em produtos eletrônicos pela conquista do mercado americano. A partir destas transformações buscou-se interpretar a estratégia chinesa recente e os complexos interesses envolvidos na dinamização da economia regional.

Palavras-chave: Abertura financeira; Reformas estruturais; Exportação; Investimento estrangeiro; Tecnologia (Inovações) – Aspectos socioeconômicos; Economia regional; Estados Unidos; Japão; China.

Abstract

This paper argues that some important structural changes that occurred in East and South East Asian countries in the last years were strongly shaped by financial liberalization and American mercantilistic pressures. The Chinese fast growth and the Japanese economic contention brought about an “excess of competition” to increase the market share in information technology products in American economy. The Chinese economic strategy and the complexity of regional interests were considered.

Key words: Financial liberalization; Structural reforms; Trade and foreign investment; New economy; Regional economies; United States; Japan; China.

Anexo Estatístico

Tabela 1
EUA: importação de mercadorias por país de origem e anos selecionados
Porcentual das importações totais

Área/País	1979	1989	1994	1997	2000
União Européia	15,5	17,9	18,1	18,3	17,9
Japão	12,4	19,6	17,8	13,9	11,9
Canadá	18,5	18,8	19,6	19,5	18,9
México	4,2	5,7	7,5	9,9	11,2
Coréia	1,9	4,1	2,9	2,6	3,2
Taiwan	2,8	5,3	4,0	3,7	3,3
Hong Kong	1,9	2,0	1,5	1,2	0,9
China	0,3	2,5	5,8	7,1	8,2
ASEAN-4 ⁽¹⁾	4,2	3,6	5,0	4,9	–

⁽¹⁾ Indonésia, Malásia, Filipinas e Tailândia.

Fonte: Ministério do Comércio dos EUA, Escritório de Análise Econômica.

Tabela 2
Taxa de câmbio Real ⁽¹⁾ em países asiáticos selecionados 1991/97
(1990=100)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Indonésia	96,5	92,7	85,4	80,9	77,5	75,6	68,9
Coréia	95,0	95,3	93,3	87,8	83,3	93,5	89,0
Malásia	96,4	84,4	82,3	79,1	73,9	72,5	70,6
Filipinas	90,2	90,6	85,4	83,1	76,9	77,7	73,3
Tailândia	94,1	89,5	85,9	80,8	77,1	75,0	74,7
Cingapura	93,2	86,7	84,4	77,5	72,6	72,5	73,2
Taiwan	90,1	85,5	86,8	84,1	85,6	91,9	103,1

⁽¹⁾ Preço por atacado ponderado dos parceiros comerciais em relação ao preço ao consumidor de país expresso em moeda comum. Um aumento no índice indica desvalorização real da taxa de câmbio.

Fonte: Athukorala (2001).

Tabela 3
Razão reservas – Capital móvel ⁽¹⁾ (R/CM) em países asiáticos selecionados 1990/97

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Indonésia	125,0	156,3	144,9	106,4	76,9	68,5	70,4	70,5
Coréia	116,3	71,9	60,2	49,0	43,7	37,7	29,4	17,8
Malásia	158,7	170,5	148,7	124,2	94,0	79,9	71,8	55,9
Filipinas	416,7	243,9	270,3	208,3	147,1	125,0	93,5	39,5
Tailândia	175,4	227,3	169,5	105,3	70,4	61,3	54,1	45,0
Singapura	66,7	93,5	81,3	104,2	126,6	153,8	158,7	101,0
Taiwan	⁽¹⁾	⁽²⁾	3.333,3	2.500,0	1.666,7	2.000,0	⁽²⁾	⁽²⁾

Notas: ⁽¹⁾ inclui empréstimos de curto prazo e investimentos de portfólio.

⁽²⁾ o estoque de capital móvel é negativo.

Fonte: Athukorala (2001).

Tabela 4
Indicadores econômicos básicos de economias asiáticas selecionadas

	Crescimento % PIB		2000	IDE (US\$ bilhões)		Balança Comercial (US\$ bilhões)		Transações Correntes (US\$ bilhões)	
	1998	1999		1998	1999	1998	1999	1998	1999
China	7,8	7,1	6,5	52,10	41,22	43,6	29,1	29,3	12,0
Coréia	-6,7	10,7	7,5	8,85	15,50	41,6	28,7	40,8	25,5
Taiwan	4,6	5,7	6,3	3,74	4,23	10,3	15,1	3,4	8,7
Indonésia	-13,2	0,2	4,0	13,56	10,89	18,4	18,2	4,1	4,9
Malásia	-7,5	5,4	6,0	3,33	3,23	17,5	19,3	9,2	11,0
Filipinas	-0,5	3,2	3,8	1,68	1,36	0,0	4,3	1,3	6,0
Tailândia	-10,4	4,1	4,5	6,16	3,59	12,2	8,9	14,3	11,3
Índia	6,8	5,9	7,0	7,47	6,61	-16,5	17,6	-7,7	-

Fonte: Asian Development Outlook (1999), JETRO (2001).

Tabela 5
Preços de alguns bens de tecnologia de informação nos EUA (preço por atacado)
(Janeiro de 1993=100)

	1993	1996	2000
Computadores de Mesa	100	55	16
Computadores Portáteis	100	40	15
Dispositivos de Memória	100	60	38

Fonte: JETRO (2001).

Quadro 1
Os cinco maiores mercados de exportação para países asiáticos selecionados
Participação percentual das exportações totais
1998

Países	1º Mercado	2º Mercado	3º Mercado	4º Mercado	5º Mercado
Japão	EUA 35%	Taiwan 6,6%	Hong Kong 5,8%	China 5,2%	Alemanha 4,9%
China	Hong Kong 21,1%	EUA 20,7%	Japão 14,5%	Alemanha 4,0%	Coréia 3,4%
Coréia do Sul	EUA 17,2%	Japão 9,2%	China 9,0%	Hong Kong 7,0%	Taiwan 3,9%
Taiwan	EUA 26,6%	Hong Kong 22,5%	Japão 8,4%	Holanda 3,8%	Alemanha 3,7%
Malásia	EUA 21,6%	Cingapura 17,9%	Japão 10,9%	Hong Kong 4,6%	Taiwan 4,1%
Tailândia	EUA 22,3%	Japão 13,7%	Cingapura 8,7%	Hong Kong 5,1%	Malásia 3,3%
Filipinas	EUA 34,2%	Japão 14,3%	Holanda 7,9%	Cingapura 6,2%	Grã Bretanha 6,0%
Indonésia	Japão 18,0%	EUA 15,6%	Cingapura 10,6%	Coréia 6,2%	China 4,5%
Hong Kong	China 34,4%	EUA 23,4%	Japão 5,2%	Alemanha 3,9%	Grã-Bretanha 3,9%
Cingapura	EUA 19,8%	Malásia 15,2%	Hong Kong 8,4%	Japão 6,6%	Taiwan 4,3%

Fonte: *The Economist, Pocket World in Figures* (2001).